

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-884-7

DOI 10.22533/at.ed.847211003

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Ciência e Tecnologia, Estratégia, Administração Pública e Estudos Organizacionais” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este primeiro volume reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL FRENTE AOS ÓRGÃOS JULGADORES E FISCALIZADORES

José Bione de Melo Neto

Ana Paula Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110031

CAPÍTULO 2..... 22

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TERESINA-PI

Aldo Vieira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8472110032

CAPÍTULO 3..... 38

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA À LUZ DO ACESSO À INFORMAÇÃO: PESQUISA EM SEIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Cezar Andrade Marques de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.8472110033

CAPÍTULO 4..... 50

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Sabrina Sousa Moraes

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Clayton Robson Moreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110034

CAPÍTULO 5..... 63

GASTOS COM PESSOAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA-MG POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Adriano Antonio Nuintin

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Maria Aparecida Curi

Richardson Coimbra Borges

DOI 10.22533/at.ed.8472110035

CAPÍTULO 6..... 81

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO ENCERRADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Jonas Rafael Pereira dos Santos

Alexsandro Xavier Querino Lima

Mateus Cunha Rabelo

Francisco Mairton da Silva

Felipe Ribeiro Pontes

DOI 10.22533/at.ed.8472110036

CAPÍTULO 7	99
DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES EM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	
Adriano Santiago Lima	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8472110037	
CAPÍTULO 8	113
A ACCOUNTABILITY COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	
Juliana Cristina Sousa da Silva	
Elemar Kleber Favreto	
DOI 10.22533/at.ed.8472110038	
CAPÍTULO 9	125
O POTENCIAL DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NOS PARECERES PRÉVIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA	
Antonio Emanuel Andrade de Souza	
Elvia Mirian Cavalcanti Fadul	
DOI 10.22533/at.ed.8472110039	
CAPÍTULO 10	146
ESCOLARIDADE DOS GESTORES MUNICIPAIS E A APROVAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	
Délio Amaral Viana	
Aridelmo José Campanharo Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100310	
CAPÍTULO 11	164
GOVERNANÇA PARA COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	
Eduardo Souza Seixas	
Renelson Ribeiro Sampaio	
Luciel Henrique de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100311	
CAPÍTULO 12	185
CONCEITOS TEÓRICOS E A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA PÚBLICA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	
Paulo César Schotten	
Daiany Gomes Moreira	
Hugo Vinícius Colman Soares	
José Roberto Grasiel	
Nayara Jaqueline Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.84721100312	

CAPÍTULO 13..... 198

GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: A DICOTOMIA ENTRE PLANO E REALIDADE

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Sousa

Tiago Deividly Bento Sera im

DOI 10.22533/at.ed.84721100313

CAPÍTULO 14..... 206

INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE POR DIABETES NA INFÂNCIA NO BRASIL: COMPARATIVO ETÁRIO NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Ana Maria Ribeiro Fonseca

Giovanna Brasil Pinheiro

Luiz Phillipe Silva Azevedo

Rafael Cruz Mariz

DOI 10.22533/at.ed.84721100314

CAPÍTULO 15..... 211

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE EM UM MUNICÍPIO CEARENSE ENTRE 2008 E 2018

Maira Pereira Sampaio Macêdo

Bruna Raquel Moraes Cunha

Miguel Marx

Tatiana de Menezes

Érika Sobral da Silva

Paula Suene Pereira dos Santos

Joana Raione Arrais Antunes

José Wanderson Carvalho Noronha

Francisco Diego da Silva Xavier

Priscila Nadine Dias Santana

Anna Karen Sales Rodrigues

Emanuely Castro Alves

DOI 10.22533/at.ed.84721100315

CAPÍTULO 16..... 222

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE SÃO BORJA-RS

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohãn Araújo

Fátima Regina Zan

Tanise Brandão Bussmann

Carmen Regina Dorneles Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.84721100316

CAPÍTULO 17.....238

FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O OLHAR DOS CURSISTAS SOBRE ASPECTOS INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL NO CURSO *LATO SENSU*

Gercina Dalva

DOI 10.22533/at.ed.84721100317

CAPÍTULO 18.....244

ENSINO REMOTO DA ÁREA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A CONVERSÃO DO CONHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO, DURANTE A PANDEMIA, NOS CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – *CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS*

Aline Fonseca Gomes

Vagner Costa Oliveira

Joselito da Silva Bispo

Sara Mendes Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.84721100318

CAPÍTULO 19.....256

A PANDEMIA E O ROMPIMENTO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Dourado Rocha

Rosalina Maria Lima Leite do Nascimento

Marcos Flavio Portela Veras

Rhogério Correia de Souza Araújo

Ieso Costa Marques

Juliana Luíza Moreira Del Fiacco

Regiane Janaína Silva de Menezes

Elizabeth Cristina Soares

DOI 10.22533/at.ed.84721100319

CAPÍTULO 20.....262

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: PREMISSAS DA EAD E DESAFIOS PARA GESTÃO DAS IES NA ABORDAGEM DA GOVERNANÇA DA INTERNET

Diólia de Carvalho Graziano

Luiz Fernando Gomes Pinto

DOI 10.22533/at.ed.84721100320

CAPÍTULO 21.....282

REFLEXÕES SOBRE AUTORIA DE PESQUISAS APLICADAS NO LABORATÓRIO DE GESTÃO

Maria Carolina Conejero

DOI 10.22533/at.ed.84721100321

CAPÍTULO 22.....299

CENÁRIO ATUAL DAS COMISSÕES DO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES

Felipe Gonçalves Moura

Guilherme Gil Fernandes
Julianny de Souza Oliveira
Lara de Oliveira Carvalho
Luca de Almeida Brito
Marília Aguiar Rodrigues
Mikelly Bonfim Anjos
Pedro Henrique Rocha Chaves
Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior
Thavane Ferreira de Almeida
Alex França Andrade
Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.84721100322

CAPÍTULO 23.....303

FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Fabício Longuinhas Silva
Marcelo Santana Silva
Eduardo Oliveira Teles
André Luis Rocha de Souza
Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva
Eduardo Cardoso Garrido

DOI 10.22533/at.ed.84721100323

CAPÍTULO 24.....316

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA SUSTENTÁVEL DE ESTUDANTES AMAZONENSES

Aristides da Rocha Oliveira Junior
Francisco Assis Barros de Oliveira
Roderick Cabral Castello Branco
Maria Stela de Vasconcellos Nunes de Mello
Afrânio de Amorim Francisco Soares Filho

DOI 10.22533/at.ed.84721100324

CAPÍTULO 25.....338

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CLÁSSICO: REFLEXÕES DO MODELO DE NEGÓCIO

Isabella Ferreira Friso
Marta Fabiano Sambiasi

DOI 10.22533/at.ed.84721100325

SOBRE O ORGANIZADOR.....352

ÍNDICE REMISSIVO.....353

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO ENCERRADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Jonas Rafael Pereira dos Santos

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza – CE
<http://lattes.cnpq.br/7040408008315022>

Alexsandro Xavier Querino Lima

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Horizonte – CE
<http://lattes.cnpq.br/5520958124684238>

Mateus Cunha Rabelo

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza – CE
<http://lattes.cnpq.br/3570000298505503>

Francisco Mairton da Silva

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza – CE

Felipe Ribeiro Pontes

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza – CE
<http://lattes.cnpq.br/3222517929624343>

RESUMO: Observando a importância das universidades públicas para o desenvolvimento socioeconômico para além da região em que estão inseridas, a proposta de trabalho apresentada visa analisar as principais dificuldades encontradas no processo de execução de uma das formas de obtenção dos recursos necessários para o financiamento das atividades fins dessas instituições, os convênios, abordando

tanto a sua definição e o contexto macro em que se inserem, quanto a importância dos recursos por tal instrumento disciplinado. O trabalho baseia-se nas informações disponibilizadas na plataforma do Sistema de Gestão de Convênios – Siconv acessada no modo livre de consulta com análises quantitativas e qualitativas dos dados, em que se constatou inúmeros fatores capazes de influenciar nos resultados dos objetivos, que vão de procedimentos formais exigidos pelos entes financiadores dos projetos, à ideais defendidos pelos partícipes. É inegável, contudo, a contribuição dos recursos repassados por meio das transferências voluntárias para a manutenção do propósito social das universidades públicas estaduais do nordeste brasileiro, e assim garantir, além da formação profissional, a construção de uma sociedade mais harmônica.

PALAVRAS - CHAVE: Universidades Estaduais. Transferências Voluntárias. Convênios.

ANALYSIS OF THE EXECUTION OF VOLUNTARY TRANSFERS FROM THE CONFEDERACY TO THE STATE UNIVERSITIES OF NORTHEAST BRAZIL CLOSED IN THE LAST 10 YEARS

ABSTRACT: Watching the importance of public universities for socioeconomic development beyond the region where they are inserted, the work proposal presented intends analyze the main difficulties found in the execution process in one of the ways ways of obtaining the necessary resources to finance the activities of these institutions, agreement, addressing both its definition and the macro context in which it is inserted, as the importance of resources for such

a disciplined instrument. The work is based on the information provided on the platform: “*Sistema de Gestão de Convênios – SICONV*” accessed in the free consultation mode with quantitative and qualitative data analysis that countless factors were found, able to influence the results of the objectives, ranging from formal procedures required by project financing entities, to ideals defended by the participants. It is undeniable, however, the contribution of funds transferred through voluntary transfers for maintaining the social purpose of State Public Universities in Northeastern Brazil, and so ensure, beyond professional qualification, building a more harmonious society.

KEYWORDS: State Universities. Voluntary Transfers. Agreement.

1 | INTRODUÇÃO

Durante a história, os seres humanos sempre buscaram diferentes formas de se organizar na busca de solucionar problemas que, isoladamente, não conseguiriam, formando, com o passar do tempo, sólidas estruturas sociais. Sem dúvida, as universidades são uns dos maiores exemplos de como pessoas movidas por interesses recíprocos podem possibilitar a transformação social.

No entanto, para que um objetivo tão nobre como esse seja alcançado, são necessários além dos inegáveis esforços da comunidade acadêmica, recursos capazes de propiciar o seu contínuo desenvolvimento, e mecanismos que possibilitem suprir tal necessidade, devem ser sempre incentivados.

Como no Brasil as principais instituições acadêmicas são mantidas pelo poder público, dependendo das políticas defendidas pelo governo e a forma em que se materializam, seus fins podem ser facilitados ou dificultados.

Assim como defende DALLAVERDE, 2016, muito se fala sobre as políticas tributárias do país e suas possíveis reformas ou até sobre o seu endividamento, mas pouco se fala na forma como os recursos chegam às instituições públicas, como nessas universidades por exemplo, ou como os gastos realmente se efetivam ou ainda as formas de aprimoramentos desses processos. O presente artigo visa, justamente, um maior detalhamento em uma dessas formas de transferência intergovernamental, as voluntárias, a partir de uma análise das principais dificuldades encontradas pelos gestores na execução dos convênios e contratos de repasse no âmbito das universidades estaduais do Nordeste brasileiro, bem como seus impactos no alcance dos objetivos dessas instituições.

Com isso, entender o contexto que tais instrumentos se formalizam é de suma importância para compreender até a própria essência da atividade estatal, e, ao compreender as formas de realização desses mecanismos e suas dificuldades de realização, pode-se buscar novas formas de aprimoramento que visem a maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

2 | CONTEXTO DA DESCENTRALIZAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

O Brasil ao se configurar como um Estado federativo, seus entes, ao mesmo tempo que possuem uma certa autonomia econômica, política e administrativa, são influenciados e condicionados às políticas macroeconômicas implantadas pela União, as quais permitem que alcancem seus objetivos para com a sociedade de uma forma muito mais abrangente do que se fossem contar só com os recursos próprios.

A carta magna do país discorre justamente sobre os pilares que fundamentam esse federalismo, abordando princípios essenciais, como repartição de competências entre os Estados-membros, que sustentam a existência desse mecanismo de autonomia e cooperação econômica. Nesse sentido, o fundamento da existência do caráter indissolúvel entre o ente-central e seus Estados-membros torna-se de suma importância, pois, sem o qual, tais princípios ficariam fragilizados e até mesmo ineficientes.

Com isso, corroborando com os ideais de John Maynard Keynes e Adam Smith, para que o Estado cumpra com as suas funções e seus objetivos de, dentre outros, possibilitar um equilibrado nível de bem-estar social e econômico e regular as inúmeras relações sociais existentes, utiliza-se de diversas políticas e atribuições capazes de propiciar a execução de tais competências.

Dentre essas políticas, a tributária (arrecadatória) e a orçamentária, que formam a atividade fiscal do Estado, destacam-se como essenciais. A primeira define-se como sendo aquela utilizada pelo governo para a obtenção de recursos. Já a segunda visa as suas aplicabilidades, sempre devendo, contudo, buscar uma maior racionalidade e eficiência ao fazer face às suas obrigações, tendo em vista que os recursos disponíveis são sempre limitados.

Como exemplo, dentro da política orçamentária tem-se as distributivas e as redistributivas, estas visam realocar a renda para a camada mais pobre da população, buscando, assim, a equidade social, aquelas, por sua vez, possuem caráter pontual em relação ao oferecimento de bens e serviços. Há, ainda, as regulatórias, que são criadas para avaliar e intervir em alguns setores sociais e econômicos específicos, por meio de, por exemplo, incentivos e isenções fiscais. Todas são, no entanto, políticas macroeconômicas que possibilitam a intervenção estatal direta ou indiretamente na economia e no âmbito social do país.

A descentralização econômica é, justamente, um dos mecanismos que permite que o governo brasileiro alcance seus objetivos por meio dessa atividade fiscal, que, segundo Alexandra Katia Dallaverde, 2016, compreende-se como uma distribuição de competências entre seus entes, na qual cada um possui uma cota nas atividades estatais como um todo.

Outros autores também apontam e descrevem esse e outros elementos existentes nas relações “Ente-central versus Estados-membros” como essenciais, inclusive para a própria concepção de Estado com poder desconcentrado, como é o caso do Brasil.

Na avaliação de Silva (2005), a construção desse Estado descentralizado e cooperativo depende de quatro elementos fundamentais: 1) estabelecimento de regras claras quanto à responsabilidade pela arrecadação e à oferta de políticas públicas; 2) criação de um sistema de transferências estável e transparente; 3) desenho de um sistema tributário que privilegie a eficiência fiscal; e 4) existência de normas voltadas para o controle dos gastos públicos e do endividamento em todos os âmbitos de governo. (BIJOS, 2018, p. 326).

O decreto lei 200/67, que representa um marco na organização do Estado, em seu Art. 10 § 1º, aborda pontualmente como o princípio da descentralização das atividades da Administração Federal deve ser executado:

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;

b) da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;

c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões. (Brasil, 1967).

A carta magna, em seu Art. 241, sintetiza diretamente essa ideia:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (Brasil, 1988).

Com isso, tem-se a importância dos convênios e dos contratos de repasse objetos desse estudo, pois representam a materialização da descentralização das atividades estatais.

3 | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

Os entes federados possuem basicamente duas formas de obtenção de recursos: uma através das receitas próprias, segundo critérios definidos no texto constitucional, arrecadadas, em regra, de forma direta; e a outra com o recebimento de recursos arrecadados por outra esfera de poder, hipótese em que ocorre as chamadas transferências intergovernamentais.

Entende-se como transferências intergovernamentais os repasses feitos entre duas organizações da administração pública - União, Estados, Municípios ou Distrito Federal - como forma de viabilizar o alcance de seus objetivos (DALLAVERDE, 2016). Vale ressaltar que as transferências podem ainda ser destinadas para entes de direito privado sem fins

lucrativos, como as ONGs, por exemplo.

Segundo a autora:

[...] as transferências intergovernamentais constituem um importante instrumento de autonomia das unidades da federação, tendo em vista que uma de suas vertentes – a autonomia financeira – se concretiza com a discriminação de rendas dos entes federados, que pode se dar de duas formas: discriminação pela fonte e discriminação pelo produto. Por meio da discriminação pela fonte, os entes federados dispõem basicamente das receitas decorrentes do exercício direto da competência tributária; em outras palavras, as receitas decorrentes dos impostos de sua própria competência. Por meio da discriminação de receitas pelo produto, os entes possuem participação na federação, conforme detalhado pelo próprio texto constitucional. (DALLAVERDE, 2016, p 221).

A distribuição da receita tributária entre entes dar-se ainda pelo fato da União ser o que mais arrecada, tanto pelo texto constitucional lhe atribuir boa parte das competências tributárias quanto pelo motivo que a região em que se arrecada é maior, tendo em vista que abrange todo o país enquanto os tributos estaduais e municipais são restritos aos seus respectivos territórios.

As transferências intergovernamentais visam justamente desconcentrar os recursos em posse apenas da União, permitindo que o governo federal destine aos estados, municípios ou autarquias públicas o capital necessário para o complemento de suas atribuições ou a implantação direta de uma política federal, por exemplo. Tal relação foi denominada por Musgrave, 1980, de federalismo fiscal.

A grande maioria dessas transferências se dão em decorrência de ordem direta da Constituição Federal, transferências por cotas (*revenue sharing*), em que, em seu próprio texto, destina os percentuais mínimos das receitas tributárias a serem transferidos para os outros entes, visando, assim, a obtenção e a manutenção dos direitos e garantias fundamentais previstos nos artigos 3º ao 5º.

O artigo 159 da CF trata exatamente de algumas dessas repartições tributárias, e para fins meramente referencial, sem que haja, portanto, um maior detalhamento, são elas: a) Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que, segundo o Tribunal de Contas da União, representam 21,5% e 23,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI respectivamente; b) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustíveis), com aplicação obrigatória em programas de infraestrutura de transportes; e c) a repartição ainda do IPI-Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional ao valor das exportações), com 10% destinados diretamente aos Estados e ao Distrito Federal.

Já as transferências voluntárias ou discricionárias são aquelas que independem de previsão legal específica, não possuem vinculação com os motivos de externalidades, e sua realização depende de acordos negociados entre os entes da federação. (SILVA, 2005).

O TCU define da seguinte forma transferências voluntárias em seu normativo sobre convênios publicado em 2016:

Entende-se por transferências voluntárias os recursos financeiros repassados pela União a estados, Distrito Federal, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, em decorrência da celebração de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de colaboração e termos de fomento, para a realização de obras e/ou serviços de interesse comum e que não se origine de determinação constitucional ou legal, ou destinem-se ao Sistema Único de Saúde (SUS). (TCU, 2016).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) que, junto ao Decreto 6.170/2007 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) publicada anualmente, regula os aspectos relativos à operacionalização das transferências voluntárias, também a conceitua de forma similar.

Com isso, e segundo a Controladoria Geral da União, 2013, as transferências intergovernamentais são realizadas por meio de quatro modalidades: 1) transferências automáticas; 2) transferências fundas a fundo – como o FPE e o FPM; 3) convênios; e 4) contratos de repasse. Os dois primeiros itens são destinados às constitucionais e legais e os dois últimos às discricionárias, objetos do estudo.

3.1 Convênios e contratos de repasses

Segundo o Tribunal de Contas da União o termo convênio pode ser definido da seguinte forma:

[..] é todo e qualquer instrumento formal que discipline a transferência de recursos financeiros dos orçamentos da União para um órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda entidade filantrópica sem fins lucrativos na área da saúde (§1º do art. 199 da CF/1988). Sua finalidade é a execução de programa de governo envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. (TCU, 2016).

Para Diogo de Figueiredo Moreira Neto, “convênio é o ato administrativo complexo em que uma entidade pública acorda com outra ou com outras entidades, públicas ou privadas, o desempenho conjunto, por cooperação ou colaboração, de uma atividade de competência da primeira”. (2005, p. 189).

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, de forma bastante semelhante, define convênio “como forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração.” (2018, 31º ed).

Em síntese o convênio é a união entre duas ou mais pessoas que tem como objetivos a realização de certos atos. Significando assim uma cooperação associativa sem vínculos contratuais que acontece entre órgãos e entidades da administração pública ou entre estes órgãos e particulares.

Já o contrato de repasse se configura como sendo um “instrumento administrativo

usado na transferência dos recursos financeiros por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.” (Decreto nº 8.180, de 2013).

Segundo a professora Maria Silva, nos contratos, como um todo:

[...] as vontades são antagônicas, se compõem, mas não se adicionam, delas resultando uma terceira espécie (vontade contratual, resultante e não soma) – ao passo que nos convênios, como nos consórcios, as vontades se somam, atuam paralelamente, para alcançar interesses e objetivos comuns. (2018, p 417 31° ed).

No contrato, os interesses são opostos e contraditórios, enquanto no convênio são recíprocos. E ainda reforça que “no convênio, os envolvidos objetivam a obtenção de um resultado comum, ou seja, um estudo, um ato jurídico, um projeto, uma obra, um serviço técnico, uma invenção etc., que serão usufruídos por todos os partícipes, o que não ocorre no contrato.” (2018, p 417, 31° ed).

Celso Antônio Bandeira de Melo define contrato, nesse caso os administrativos, como os que são “relações pactuadas que por força de lei, de cláusulas contratuais ou do objeto da relação jurídica venham a colocar a administração pública dotadas de prerrogativas na concepção do interesse público.” (2016, p. 322, 21° ed).

Outras duas principais diferenças entre convênios e contratos é que no primeiro não existe remuneração dos participantes, pois as verbas repassadas devem ser para o alcance dos objetivos públicos, enquanto no contrato o contratado recebe pelo serviço prestado ou produto entregue. E a segunda é que nos convênios não há vedação da retirada de um dos participantes caso ele venha a requerer.

Embora contrato e convênio representem institutos jurídicos diferentes, eles, essencialmente, são acordos que visam a cooperação na busca do cumprimento de objetivos comuns, sendo que nos convênios isso ocorre de forma solidária, mais precisamente.

Além desses dois instrumentos que possibilitam as transferências de recursos entre dois entes federados, existem vários outros definidos pelo TCU que, apenas para título de conhecimento, enumeram-se como: termo de parceria, que configura-se como sendo um instrumento jurídico previsto na Lei 9.790/1999 para transferência de recursos para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, os quais são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo o primeiro decorrente de propostas originárias da administração pública, o segundo por iniciativa das organizações da sociedade civil e o terceiro se caracterizando por não envolver a transferência de recursos financeiros propriamente e sim qualquer outra forma de recurso, como recursos humanos especializados, por exemplo.

A fim de que sejam sanadas quaisquer dúvidas sobre os indivíduos envolvidos

em tais instrumentos jurídicos e assim propiciar um maior entendimento das análises apresentadas posteriormente, entende-se como:

[...] proponente, órgão ou entidade pública ou privada sem fins lucrativos que manifeste, por meio de proposta de trabalho, interesse em firmar uns desses instrumentos já citados; concedente e conveniente, este o órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, com o qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento mediante convênio e aquele o responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio. c) contratante e contratado, o primeiro referisse ao órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, que pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento, por intermédio de instituição financeira federal (mandatária) mediante celebração de contrato de repasse, o segundo é aquele com a qual a administração federal pactua a execução de contrato de repasse. (TCU, 2016, adaptado).

Com isso, assimilado os conceitos essenciais das transferências voluntárias, bem como os envolvidos nos instrumentos jurídicos que as formalizam, faz-se necessário uma pequena abordagem do papel das universidades públicas afim de que seja mais bem compreendido seu contexto nessas instituições.

4 | PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Inicialmente, destaca-se o próprio conceito de universidade. A palavra deriva do latim: *“universitas”*, que significa comunidade. Todavia, deve-se atentar para uma expressão mais ligada ao conceito atual: *“universitas magistrorum et scholarium”*, que significa o conjunto de estudiosos e ensinadores. Portanto, podemos definir universidade como uma organização em que mestres que possuem o conhecimento repassam para alunos que por sua vez possuem o interesse de aprender, desenvolvendo assim a educação e a formação de todos os envolvidos.

Quando se fala nessas instituições, vale destacar que o processo de ensino e aprendizagem tem uma raiz na antiguidade, quando os filósofos se reuniam para discutir com a população sobre as questões vinculadas à época, como por exemplo as teorias da vida, que aqueciam a mente da população com inúmeras indagações de como tudo surgiu. Depois o conhecimento passou a ser disseminado pela igreja nos mosteiros. As primeiras universidades reguladas pelas igrejas eram responsáveis pelos ensinamentos das sete artes liberais (Aritmética, Geometria, Astronomia, Lógica, Gramática, Música e Retórica) que formavam os indivíduos em teologia, direito e medicina. Em seguida na cidade de Bolonha tem-se o surgimento da primeira universidade. A professora Mara Leite Simões da UFPB, em sua obra *“O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente”*, reafirma tais informações:

Encontramos a origem das universidades no final do século XI, na Itália, especificamente na cidade de Bolonha, que já vivenciava um centro de cultura graças à 'Escola de Artes Liberais'. A partir desse desenvolvimento, surgiram outras escolas episcopais, monásticas e particulares, nas quais se ensinava Direito, emergindo, então, a Universidade de Bolonha (1088). Wernerius ensinou Direito Canônico entre 1100 e 1130, sendo um dos mais notáveis mestres dessa universidade. A Escola de Direito de Bolonha atraiu inúmeros alunos de diversas partes da Europa durante muitos anos. (LEITE, 2013, p. 136).

Com o avanço da reforma protestante (movimento liderado por Martinho Lutero, o qual inconformado com algumas doutrinas da Igreja Católica publicou as 95 teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg), Lutero mede esforços para expandir o alcance das universidades, visto que era restrito a pessoas da alta classe. Fato esse de grande importância para a consolidação das universidades como hoje as conhecemos, como afirma o reitor da Universidade presbiteriana Mackenzie Benedito Guimarães Aguiar Neto em uma matéria vinculada pela universidade sobre a influência do movimento reformador:

Antes da Reforma Protestante tomar forma, o direito à educação era restrito aos nobres e ao clero. Foi Martinho Lutero quem iniciou um movimento para modificar esse cenário. Em uma de suas cartas endereçadas aos príncipes europeus, Lutero reivindicava que fossem criadas escolas acessíveis a todos. A carta, com teor crítico, solicitava que todas as comunidades tivessem suas próprias escolas. (AGUIR NETO, 2010, p 55).

Houve com o referido movimento, portanto, o estabelecimento das universidades modernas, as quais eram focadas na pesquisa, sendo nessa época que ocorreu as primeiras publicações das revistas científicas. Nessa fase houve a fundação de várias universidades relevantes para atual sociedade como a Universidade Livre de Amsterdã, Universidade de Harvard e Universidade de Yale, por exemplo. Com o decorrer do tempo as universidades foram evoluindo, conquistando, inovando e ganhando espaço na sociedade.

Atualmente segundo o ministério da educação (MEC - responsável por regular a educação no Brasil) as universidades contemporâneas possuem os seguintes atributos:

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional;

II - Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e

III - Um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (MEC, 2014).

Destaca-se, portanto, que as universidades possuem três pilares fundamentais: ensino, pesquisa e extensão. De forma sintética, pode caracterizar-se ensino com a própria transmissão de conhecimento, já a pesquisa é voltada para solucionar problemas contemporâneos e extensão é o estabelecimento da relação e a integração do ambiente acadêmico com a sociedade.

O artigo 207 da constituição federal reafirma tal prerrogativa, alegando que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. *Entretanto, esse dispositivo constitucional encontra-se ameaçado por novas reformas governamentais, na qual, o que era um direito para todos da sociedade, passaria a ser uma mera prestação de serviços, ou seja, passando de um investimento do Estado para um privilégio para aqueles que puderem pagar por tal serviço.

Segundo Marilena Chaui e seu artigo “A universidade pública sob nova perspectiva”:

[...] desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. (CHAUI, 2003, p. 05).

Reafirma, portanto importância das universidades públicas para a sociedade.

Outros defensores da universidade gratuita alegam que em relação ao processo de desenvolvimento, seja econômico ou social, as universidades sempre se destacaram como uma das principais precursoras de transformações em diversas áreas. Pois, além de visarem a formação profissional, se utilizam da pesquisa como principal fermenta para o desenvolvimento da ciência como um todo. A exemplo, têm-se as pesquisas feitas pela medicina ou economia que são realizadas e desenvolvidas de acordo com as necessidades da sociedade em que estão inseridas, voltadas, em sua grande maioria, para o bem coletivo.

Essas pesquisas, além de abrangerem várias áreas do conhecimento, podem ser desenvolvidas ou destinadas a vários locais e/ou regiões com características peculiares ou destinadas a sociedade como um todo. Algumas pesquisas, por exemplo, desenvolvidas na Universidade Estadual do Ceará visam beneficiar apenas determinadas localidades, como foi o caso de uma por ela desenvolvida que buscava diagnosticar a situação do manejo de insetos-praga e doenças, e difundir o uso de alternativas de controle aos produtores rurais do maciço de Baturité/CE, mas já o tratamento com pele de tilápia para queimaduras de segundo e terceiro grau desenvolvida por alunos do curso de biologia da UFC visam, por sua vez, abranger âmbitos nacionais e internacionais. Esta última, permitiu que o Hospital IJF de Fortaleza se tornasse o maior hospital do Brasil em tratamento de queimaduras graves, além de se tornar referência mundial no assunto.

Assim, pode-se perceber que o ambiente acadêmico atual é de suma importância,

visto que beneficia toda a sociedade e não só os próprios universitários, pois ao oferecer uma educação de qualidade não só está inserindo-os em um mercado de trabalho qualificado, mas também contribuindo para a formação cidadãos e sobretudo para o bem comum, que é o verdadeiro objetivo da educação.

Por isso que o presente estudo visa investigar, além da própria execução dos convênios, qual a verdadeira relevância desses recursos para o alcance dos objetivos dessas instituições.

5 | ANÁLISE DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS NAS INTITUIÇÕES

Passa-se agora, portanto, a análise dos convênios celebrados entre a união e as universidades estaduais do Nordeste brasileiro encerrados nos últimos 10 anos, os quais se encontram disponíveis na plataforma do Sistema de Gestão de Convênios - Siconv, acessados no modo livre de consulta.

Ressalta-se, inicialmente, que tal sistema foi criado para possibilitar o maior controle desses instrumentos jurídicos, tanto pelos órgãos responsáveis, como o tribunal de contas da união e os próprios concedentes, por exemplo, quando pela sociedade como um todo. No entanto, percebe-se, pela pouca mídia que o é atribuído e pela escassez de textos sobre o assunto, que tal sistema é desconhecido da grande parte da população, mesmo que direta ou indiretamente sejam afetados pelas celebrações de convênios, como é o caso da comunidade acadêmica dessas instituições.

Como todo e qualquer sistema, o Siconv também exige um aperfeiçoamento e treinamento específico de seus usuários para sua correta utilização. Fato este que talvez justifique a dificuldade desse controle social, pois, se os responsáveis pelas informações encontram dificuldades em seu manuseio (informação relatada nos relatórios finais de prestação de que contas que servirão como base para todo o estudo), um cidadão relativamente leigo no assunto possivelmente não conseguirá operá-lo de maneira alguma. Isso dificulta consideravelmente o interesse da sociedade em buscar por tais informações.

Outra dificuldade encontrada, dessa vez no processo de pesquisa, foi obter os respectivos números dos convênios celebrados nessas universidades, que, embora na aba “consultar convênio/pré-convênio” exista várias possibilidades de filtros, se o interessado não possuir informações específicas, como por exemplo o código dos órgãos envolvidos (disponíveis na LOA), torna-se quase inviável chegar até o detalhamento das informações. No entanto, é inegável que tal sistema, assim como o portal da transparência, representa um grande avanço na busca de tornar os gastos públicos mais claros à população, contribuindo assim para a maior eficiência e eficácia das atividades estatais como um todo.

Essa última dificuldade é a que justifica a quantidade de convênios analisados, que pode ser considerada relativamente baixa, tendo em vista o ambiente macro em que se inserem, mas ao analisarmos na perspectiva de que a média de duração de cada convênio

é de aproximadamente 4 anos e uma média geral de 99 milhões de reais aplicados nessas instituições, tem-se a real importância desses instrumentos como mostram os gráficos a seguir.

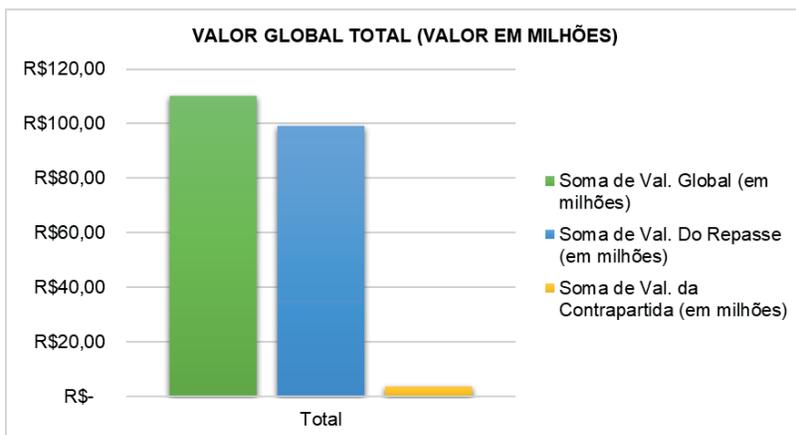


Gráfico 1. Média do valor de repasse geral.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

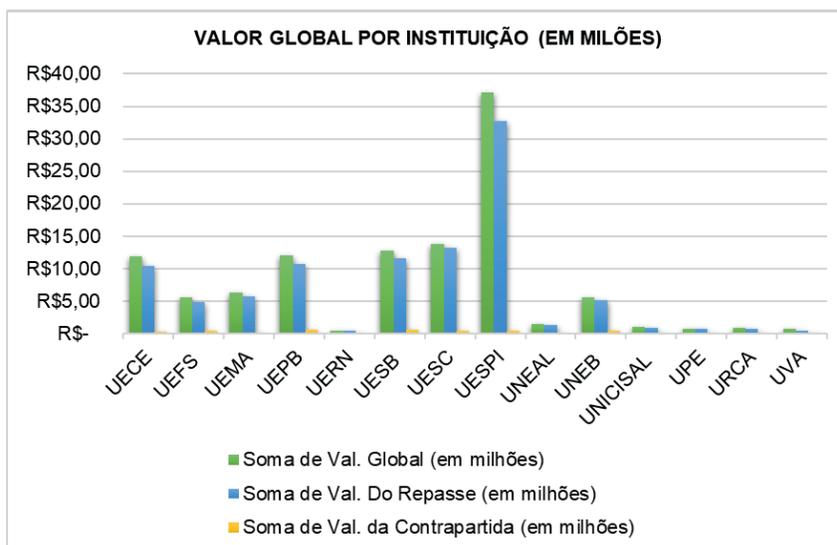


Gráfico 2. Composição do valor global por instituição.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os gráficos evidenciam ainda alguns dos requisitos mínimos para que um convênio seja efetivamente celebrado, no caso, a obrigação do conveniente de se responsabilizar por

um percentual do valor total do convênio, este chamado justamente de valor global, que é a soma do valor do repasse pelo órgão concedente e a contrapartida do conveniente, que pode ser em recursos financeiros ou materializados em bens ou serviços, normalmente ocorre a primeira opção. Observa-se, no entanto, que, comparado ao valor do repasse, a contrapartida torna-se praticamente simbólica - outro indício da importância desses recursos.

Nota-se também uma significativa variação nos valores destinados a cada instituição, essa diferença se deve à quantidade de convênios que foram encontrados para cada universidade e que no caso da Universidade Estadual da Região Tocantins do Maranhão (UEMASUL) a mesma não possui o CNPJ cadastro no sistema, inviabilizado assim a sua análise. Novamente, tais situações justificam-se nas dificuldades anteriormente mencionadas.

INSTITUIÇÃO	CAPITAL	CUSTEIO	CAPITAL E CUSTEIO	TOTAL GERAL
(AL) UNICISAL	3	2	-	5
(AL) UNEAL	-	4	-	4
(BA) UEFS	4	7	-	11
(BA) UESB	1	10	5	16
(BA) UESC	3	14	2	19
(BA) UNEB	2	6	2	10
(CE) UECE	1	5	1	7
(CE) UVA	-	2	-	2
(CE) URCA	3	2	-	5
(MA) UEMA	1	2	-	3
(PB) UEPB	5	6	2	13
(PE) UPE	-	1	1	3
(PI) UESPI	2	5	1	8
(RN) UERN	-	1	-	1
TOTAL GERAL	25	67	14	106

Tabela 1. Predominância da modalidade da Despesa.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Já o quadro demonstra que, dentre todos os convênios, predominou o caráter de custeio nas despesas. Como se trata de universidades, a grande maioria dos convênios foi para propiciar pesquisas científicas nas diversas áreas de conhecimento, como na saúde e nas ciências sociais, por exemplo, ou para a implementação de novos cursos a serem ofertados.

Vale ressaltar que a maioria dos recursos que ingressam nessas instituições ou

vem de caráter constitucionais, ou já são destinados a despesas correntes como pessoal e manutenção, e recursos como as transferências voluntárias representam, como foi observado nos relatórios, ótimas oportunidades até para a aquisição de alguns bens de capital, a exemplo, graças a um convênio, a Universidade Estadual do Ceará – UECE pode adquirir boa parte dos instrumentos musicais utilizados hoje pela orquestra sinfônica da fundação.

As informações quantitativas mais relevantes encontradas talvez sejam as que estão presentes nos gráficos que comparam o valor total da receita (composta pelo valor global e dos rendimentos de aplicação) com o total das despesas durante a vigência dos convênios, pois justificam que as dificuldades encontradas e que foram relatadas realmente condizem com a realidade, do contrário não ocorreriam nenhuma devolução de recursos sem que os objetivos tenham sido alcançados em suas totalidades, como as que foram verificadas.

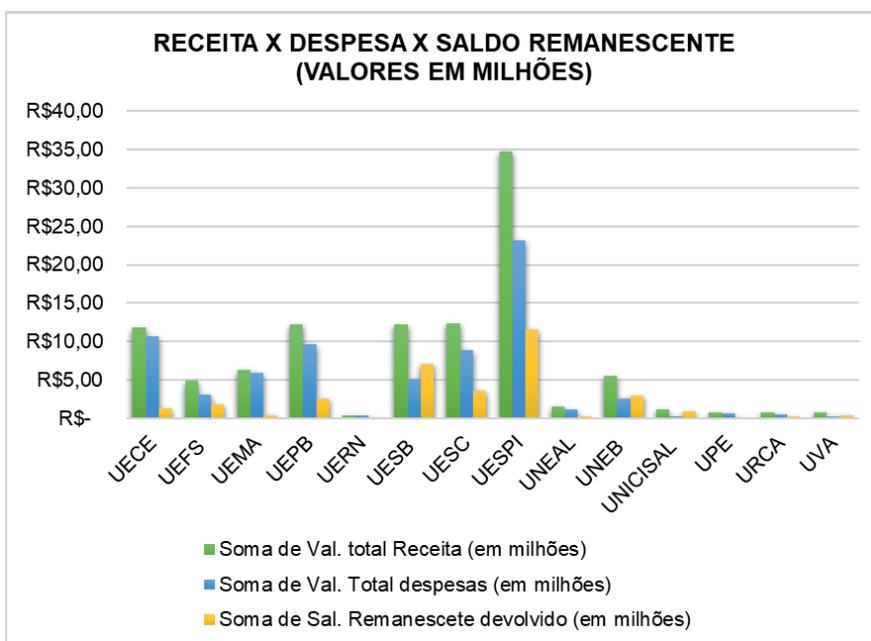


Gráfico 3. Receita x despesa – total por universidade.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

INSTITUIÇÃO	Objetivo Integralmente Alcançado	Objetivo Não Alcançado	Objetivo Parcialmente Alcançado	TOTAL POR INSTITUIÇÃO
(AL) UNICISAL	2	3	-	5
(AL) UNEAL	4	-	-	4
(BA) UEFS	6	-	5	11
(BA) UESB	7	3	6	16
(BA) UESC	10	-	9	19
(BA) UNEB	2	2	6	10
(CE) UECE	4	-	3	7
(CE) UVA	1	-	1	2
(CE) URCA	2	1	2	5
(MA) UEMA	2	-	1	3
(PB) UEPB	8	-	5	13
(PB) UPE	2	-	-	2
(PI) UESPI	4	-	4	8
(RN) UERN	1	-	-	1
TOTAL POR OBJETIVO	55	9	42	106

Tabela 2. Alcance dos objetivos por universidade.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Percebeu-se, com base nos relatórios, que ao celebrar um convênio, uma IES pode encontrar diversas dificuldades, e essas podem ser tanto antes como durante a vigência do instrumento. Uma das principais dificuldades encontradas e relatadas que antecede até mesmo a vigência dos convênios foi o trato com o Siconv, óbice este que se dá pela falta de conhecimento específico a respeito do sistema, como já foi mencionado.

A falta de conhecimento da legislação vigente e sobre os detalhes que envolvem os convênios também foi um empecilho que acabou prejudicando as execuções. Durante o prazo de realização dos convênios nas 14 IES foi verificado que, além dessas já mencionadas, os principais pontos que representam obstáculos para a execução dos objetivos são: o excesso de burocracia que os processos licitatórios apresentam, tornando-os desnecessariamente morosos; as greves (estas que são bastante comuns no setor público); a alta rotatividade dos envolvidos nos processos e até a demora do repasse pelo órgão concedente, como aconteceu no ano de 2014, que, pela simples mudança de direção do Ministério da Educação, alguns recursos demoraram um semestre a mais do previsto para serem liberados.

Outras dificuldades que foram relatadas por quase todas as universidades foram as que envolveram questões legais, como foi o caso de alguns convênios que sofreram bloqueios jurídicos, estes também impediram transferências dos recursos por longos períodos; e a falta de cooperação entre órgãos setoriais da administração, principalmente

em metas que necessitavam de autorização de mais de um órgão simultaneamente.

No entanto, além desses fatores que quase sempre se configuram como problemas operacionais, questões ideológicas tanto dos executores quanto dos beneficiários também contribuíram para a ineficiência de alguns projetos, como foi o caso de alguns públicos alvos que se recusaram a participar de projetos que visavam o fim da violência contra as mulheres e a inclusão social de grupos LGBTQIA+ pelo simples desconhecimento dos seus direitos ou por medo de discriminação social.

A maior parte dos empecilhos supracitados dificultam o processo de execução, entretanto, não comprometem a materialização final dos objetivos, ou seja, representam dificuldades corriqueiras identificadas pelos gestores. No entanto, os maiores índices de devolução de recursos centralizam-se nas seguintes rubricas: pagamento de diárias a terceiros que necessita de procedimentos especiais (normalmente nos casos de custeio) e a aquisição de equipamentos especializados que são baseados na cotação do dólar (nos casos dos convênios destinados a despesas de capital), devido à flutuação do preço no mercado, tendo em vista que, ao se aprovar um projeto de compra através de um convênio, os preços tornam-se fixos, mas o valor de mercado oscila.

6 | CONCLUSÃO

De todas as dificuldades apresentadas, notou-se que o excesso de burocracia é o fator mais prejudicial nas mais variadas etapas que envolvem um convênio. É inegável, no entanto, o seu papel na busca de garantir uma maior segurança ao realizar as ações, por possuir princípios como o da legalidade em seus fundamentos. Contudo, processos muito burocráticos, podem significar perdas desnecessárias durante a realização dos processos, tornando-se desvantajoso quando não se chega no resultado esperado ou quando se demora muito para alcançá-lo. Tal modelo, portanto, ainda é o que evita que os recursos públicos sejam utilizados de forma equivocada e se desvirtuem de seus reais objetivos, por isso a sua importância.

Uma iniciativa que pode ser amplamente promovida na busca de solucionar os resultados causados pela demasiada burocracia, é o controle social sobre esses recursos na busca de uma conscientização coletiva do que é de todos. Pois se houver o real controle nos atos públicos, etapas burocráticas que visam a não desvinculação do recurso com seu objetivo, não seriam mais necessárias, pois, atos ilícitos não seriam mais praticados, tendo em vista que a sociedade cobraria por isso.

Outras práticas que podem ser adotadas são a capacitação contínua dos servidores públicos, bem como a incessante busca de melhorias em sistemas como o Siconv, que se tornam cruciais para o alcance de uma maior eficiência nos atos públicos.

Portanto, essas foram as principais dificuldades encontradas no processo de execução dos convênios bem como algumas soluções passíveis de realização, atendendo

totalmente a proposta inicialmente apresentada, pois, tendo em vista que as principais universidades do Brasil são públicas e que não há dúvidas que por meio delas muitas pessoas vulneráveis socialmente podem ter acesso a uma educação de qualidade, comprovou-se que dispositivos como as transferências voluntárias tornam-se essenciais para o mantimento e desenvolvimento do processo de aprendizagem, colaborando, sobre tudo, para a transformação do país. Por isso, meios que facilitem a entrada de recursos bem como o aprimoramento do seu uso nessas instituições podem representar grandes progressos para a toda a sociedade e trabalhos como estes representam o início para futuros esforços que visem o desenvolvimento de contínuas soluções das dificuldades apresentadas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Guimarães. Mackenzie: **Como a educação foi influenciada pela Reforma Protestante**. Disponível em: <<https://www.mackenzie.br/noticias/artigo/n/a/i/como-a-educacao-foi-influenciada-pela-reforma-protestante/>>. Acesso em: 29/04/2020.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Direito Administrativo. Vol. I**, Rio de Janeiro, Forense, 1974. Disponível em: <https://www.academia.edu/36527437/Direito_Administrativo_-_Celso_Ant%C3%B4nio_Bandeira_de_Mello.pdf>. Acesso em: 25/04/2020.
- BIJOS, Danilo. **Repensando as Transferências Voluntárias pela Perspectiva dos Atores e das Instituições Locais**. Desenvolvimento em questão, Rio Grande do Sul, editora Unijuí, ano 16, n. 44, p. 322-350, jul./set. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.322-350>>. Acesso em: 15/03/2020.
- BRASIL. Constituição - 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Decreto nº 200/67, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 10/04/2020.
- BRASIL. Lei 13.707, de 14 de agosto de 2018. **Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13707.htm>. Acesso em 11/04/2020.
- BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 10/04/2020.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Convênios e outros repasses / Tribunal de Contas da União. 6ª. ed.** Brasília: Secretaria Geral de Controle Externo, 2016. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/convenios-e-outros-repasses-6-edicao-inclui-errata.htm>>. Acesso em: 01/03/2020.
- CHUI, Marilena. **Revista Brasileira de Educação: a universidade pública sob nova perspectiva**. Faculdade de São Paulo, 2003. 5 p.

DALLAVERDE, Alexandra Katia. **As transferências voluntárias no modelo constitucional brasileiro [livro eletrônico]**. 1º ed. São Paulo: Blucher, 2016. 383 p.: PDF (Série Direito Financeiro/ coordenada por José Mauricio Conti). Disponível em: <<https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/as-transferencias-voluntarias-no-modelo-constitucional-brasileiro-1236>>. Acesso em: 02/04/2020.

DECRETO nº 5.773/06. **Ministério da Educação: Qual a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entrefaculdades-centros-universitarios-e-universidades>>. Acesso em: 29/04/2020.

DI PIETRO, Maria. **Direito Administrativo. 31. ed.** Rio de Janeiro, editora forense, 2018. 1109 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/37824474/Direito_Administrativo_Maria_Sylvia_Zanella_di_PPietr_31_edicao>. Acesso em: 20/04/2020.

FIGUEIREDO, Diogo. **Curso de Direito Administrativo. 1. ed.** Rio de Janeiro, editora forense, 1989. 934 p. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/livros/diogo-de-figueiredo-moreira-neto/curso-de-direito-administrativo/429251598>>. Acesso em 02/03/2020.

LEITE, Mara. **Revista Temas em Educação: O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente.** João Pessoa, 2013. 136 p.

MUSGRAVAE, R.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças Públicas - Teoria e Prática.** São Paulo: Ed. Campus, 1980. Disponível em <<https://www.worldcat.org/title/financas-publicas-teoria-e-pratica/oclc/683413950>>. Acesso em: 20/03/2020.

Sistema de Gestão de convênios - **Siconv**. Disponível em: <<http://plataformamaisbrasil.gov.br/acesso-livre>>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 7, 53, 61, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 160, 162

Acessibilidade 8, 56, 165, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Acesso 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 79, 97, 98, 103, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 134, 142, 143, 144, 145, 160, 171, 183, 187, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 219, 220, 221, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 245, 250, 251, 252, 254, 255, 259, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 276, 303, 304, 307, 308, 311, 312, 313, 318, 350, 351

Acesso à Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 54, 55, 61, 121, 134, 266, 304

C

Combinação 244, 246, 247, 248, 252, 253, 275, 296

Compras Públicas 7, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 183

Contabilidade Pública 43, 49, 113, 115, 118, 119, 123, 160, 161

Controle Externo 3, 97, 116, 125, 130, 133, 137, 147, 148, 149, 150, 158, 161, 162, 181

Controle Social 6, 5, 7, 27, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 91, 96, 115, 116, 118, 141, 149

Convênios 56, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

D

Dependência 7, 7, 71, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 273, 286, 287, 291, 295, 296

Diabetes 8, 206, 207, 208, 209, 210

Direito Fundamental 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 35

Docentes 5, 9, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 260, 280, 301

E

Educação a Distância 241, 249, 261, 263, 270, 271, 272, 274

Educação de adultos 262, 264, 274

Ensino não presencial 260

Epidemiologia 212, 217, 220

Escolaridade 7, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 287, 341

Estado do Pará 7, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154

Estratégia 2, 5, 38, 164, 185, 187, 190, 196, 213, 219, 220, 224, 269, 319, 342, 351

Execução Orçamentária 6, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 55, 66, 99, 104, 115, 118, 127, 143

Externalização 244, 246, 247, 248, 253

F

FPM 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112

G

Gastos com Pessoal 6, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Gestão IES 262

Governança da Internet 9, 262, 265, 266, 278, 280

I

Inclusão Social 53, 96, 222, 223, 224, 231, 232, 233, 236, 315

Infância 206, 210

Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 91, 121, 134, 147, 167, 168, 174, 178, 184, 196, 214, 217, 219, 236, 259, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 272, 278, 279, 288, 304, 305, 310

Internalização 244, 246, 247, 248, 253, 321

L

Lei de Acesso à Informação 6, 1, 3, 4, 6, 7, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 35, 36, 37, 38, 46, 54, 55, 61, 134

M

Microrregião 6, 63, 64, 67, 72, 78

Ministério Público 1, 3, 4, 5, 6, 10, 14, 18, 19, 21, 43, 44, 53, 129, 143

Municípios 6, 7, 7, 26, 31, 36, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 201, 213, 217

Municípios Cearenses 6, 7, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 99, 100, 104, 107

O

Óbitos 206

Objetivos 4, 10, 11, 23, 29, 30, 43, 44, 52, 64, 66, 67, 69, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 94, 95,

96, 101, 104, 117, 120, 131, 136, 150, 165, 166, 167, 174, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 199, 201, 204, 238, 242, 246, 253, 258, 274, 275, 288, 295, 302, 305, 318, 342, 345

Organizações 5, 43, 84, 87, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 142, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 186, 187, 189, 195, 254, 263, 265, 268, 269, 270, 276, 304, 325, 327, 330, 341, 342, 350

P

Pandemia 9, 195, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 269, 271, 277, 280, 281

Pareceres Prévios 7, 125, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Parques 8, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 235, 236

Perfil de saúde 212

Planejamento 7, 39, 40, 63, 65, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 142, 150, 167, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 222, 236, 252, 253, 262, 263, 264, 266, 276, 289, 302, 319

Planejamento Estratégico 7, 177, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 262, 263, 264, 266, 276

Políticas Públicas 8, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 61, 84, 121, 122, 126, 150, 153, 159, 204, 219, 265, 303, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 341

Praças 8, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 235, 236

Prestação de Contas 39, 44, 45, 53, 55, 64, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 142, 147, 148, 149, 153, 154, 171

R

Redes Sociais 7, 164, 166, 168, 170, 178, 182, 183, 184, 234

S

Setor Público 13, 51, 63, 64, 95, 101, 115, 116, 117, 119, 122, 144, 166, 303

Socialização 244, 246, 247, 248, 249, 253, 259, 341

T

Transferências Voluntárias 6, 81, 85, 86, 88, 93, 97, 98

Transparência Pública 6, 1, 5, 9, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 121

Tribunais de Contas 1, 3, 4, 7, 8, 20, 44, 53, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 161

Tribunais de Justiça 1, 3, 4, 8, 15, 18, 19

Tribunal de Contas 7, 3, 7, 14, 15, 44, 50, 54, 55, 56, 67, 78, 85, 86, 91, 97, 116, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,

149, 150, 161, 162, 170, 172, 175, 177, 181, 183

Turismo 108, 111, 222, 228, 230, 235, 236, 237

U

Universidades Estaduais 6, 81, 82, 91

V

Varginha-MG 6, 63, 64

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 